



# Sociedade, escola e educadores: uma parceria necessária para a construção da igualdade

**Society, school and educators: a partnership needed for the construction of equality**

Jane Soares de Almeida  
Universidade Metodista de São Paulo

Norinês Panicacci Bahia  
Universidade Metodista de São Paulo

## Resumo

O ensaio realiza uma reflexão acerca de alguns aspectos que envolvem a atuação dos educadores e da escola na sociedade organizada, apontando a relevância dessa ação para a construção da igualdade. Promove uma reflexão sobre a importância do envolvimento dos professores com o sucesso escolar. Realiza uma discussão sobre a importância da escola como promotora da construção de práticas coletivas que pode viabilizar a incorporação de valores éticos e de cidadania por meio da mediação dos professores junto aos seus alunos. Apresenta, também, uma análise sobre a qualificação profissional e os desafios para os professores, em consonância com a Lei nº 9.394/96, no panorama atual da nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação. Sociedade. Escola. Educadores. Cidadania.

## Abstract

This text holds a discussion about some aspects involving the performance of educators and school in the organized society, indicating the relevance of this action for the construction of equality. It reviews some concepts as the importance of the involvement of teachers and school on the success of scholar education. Performs a discussion on the importance of school as a promoter of the construction of collective practices that can enables the incorporation of ethical values and citizenship through the mediation of teachers among their students. It also gives an analysis of the professional qualification and challenges for teachers in the present situation of our society, in line with Law nº 9394/96.

Keywords: Education. Society. School. Educators. Citizenship.

## Introdução

No mundo atual, existe praticamente um consenso acerca de que a educação é um poderoso instrumento de transformação social, atribuindo por esse motivo enorme importância às escolas e ao trabalho dos educadores, apesar dos profundos paradoxos que essa relação implica. A universalidade dessa crença não deve nos eximir de refletir que, historicamente, o desenvolvimento do sistema educacional é comparativamente recente e limitado pela qualidade da cultura global da sociedade. Porém, a educação nos seus vários formatos constitui o único recurso de que dispõe a sociedade para se aprimorar. Indo mais além, a sociedade que atribui suficiente importância à educação para lhe conceder a prioridade que merece, já está em via de se tornar melhor, tendo em vista políticas que anunciam acesso e permanência dos alunos, com ênfase em programas de capacitação continuada de professores (como exemplos, a política de ações afirmativas no ensino superior, a proposta de progressão continuada e ciclos no ensino fundamental, os programas de leitura e escrita propostos pelo governo de São Paulo e algumas Prefeituras). O mesmo vale para seus principais agentes, os educadores. Sem o concurso de profissionais bem formados e imbuídos de consciência de cidadania, dificilmente qualquer projeto educativo se concretizará de forma a garantir melhoria na qualidade do atendimento aos alunos.

Do ponto de vista da sociedade organizada, normalmente a escola representa a primeira experiência das crianças numa forma de organização social que difere da família e sua estrutura. Ao ingressar na vida escolar, a vida em família já terá ensinado o significado do relacionamento pessoal, de algumas regras a serem respeitadas, além de também haver desenvolvido crenças e representações sociais do mundo exterior, juntamente com a aquisição da linguagem e do capital cultural. Porém, se nas relações familiares essa convivência pode se apresentar informalmente é na escola que a criança experimenta pela primeira vez o formalismo das organizações sociais, com autoridades constituídas, as regras, as sanções, a hierarquia e as diversas posições, os direitos e os deveres, assim como costumes consagrados.

Possivelmente, as atitudes posteriores das crianças, com relação à vida política e social, dependerão em grande parte de suas primeiras reações à situação escolar. Embora a escola, devido à sua própria organização, seja hierárquica e até mesmo pouco democrática em alguns quesitos, há sempre



oportunidade para a aplicação de modelos sociais de bom relacionamento quando é operada de maneira inteligente e imaginativa. Isso porque as decisões podem ser explicadas de forma democrática, as regras e normas de condutas serem objeto de discussão quando as pessoas investidas de autoridade são acessíveis, pela via do diálogo, na proposição de formas de organização junto aos alunos. Em suma, o cotidiano escolar, marcado por relações objetivas e subjetivas entre todos os seus atores, pode apresentar sentido para as crianças e os jovens, de tal forma que os membros de uma escola bem orientada – embora pessoalmente não aprovelem ou não apreciem tudo que está sendo feito – se comportem de um modo geral como membros de uma comunidade em que confiam e que lhes assegure a garantia de pertencimento.

Na comunidade escolar, tal como em qualquer sociedade, são inevitáveis as opiniões discordantes e as resistências que se estabelecem nas relações dos alunos entre si e nas dos alunos com os professores. Até que ponto os alunos apreciam ou acreditam na educação e na formação que lhes é proporcionada? A maioria, provavelmente, não se propõe essa pergunta: crianças e jovens aceitam a escola como algo que simplesmente acontece na transição para a idade adulta. Mas, sempre existem aqueles que não conseguem se entender com os demais e com o corpo docente, provocando o que observamos, atualmente, em relação à indisciplina e displicência que se traduzem em falta de respeito dos alunos junto a seus professores. A questão da indisciplina pode estar atrelada às dificuldades de alguns alunos em relação ao aproveitamento escolar, como pode também estar ligada a um conjunto de normas escolares que não são compreendidas e cumpridas pelos alunos – e isso facilmente se vincula a alunos com problemas escolares e de aprendizagem. Esses alunos sentem-se como indivíduos fracassados. Porém, é lícito impingir o epíteto de *fracassados* a jovens de tenra idade?

Os que são bem sucedidos nos estudos costumam ser seguros de si e apreciados pelo corpo docente e pelos colegas, têm preservado seu auto-respeito, decorrente da certeza de serem bem sucedidos em alguma coisa. São justamente os que não obtêm êxito, que têm mais probabilidade de se sentirem infelizes na escola. Mas, pode uma instituição destinada a veicular o saber formal e a norma culta, ou seja, promover o ensino-aprendizagem de seus estudantes, também contribuir para o rebaixamento da auto-estima? Talvez resida aí um dos mais profundos paradoxos da escola nos tempos atuais.

Há que se deixar bem claro que, além do ensino-aprendizagem do conhecimento acumulado para a formação individual, uma das mais importantes funções da escola é também habilitar seus alunos para descobrir tudo o que fica implícito na conciliação das suas necessidades e das legítimas exigências da sociedade. Se, durante os anos escolares, for dada a esses alunos a oportunidade de aprender através da experiência prática o que significa pertencer a uma comunidade e em todos os deveres, direitos e responsabilidades que isso implica, terão aprendido uma noção que os acompanhará pela vida afora e que poderá ajudá-los a, quando adultos, tornarem essa sociedade melhor do que era antes.

Na realidade, isso é de uma simplicidade tão assustadora quanto mais difícil de ser concretizada. O obstáculo a essa educação social prática surge em grande parte da circunstância de ser diferente de indivíduo para indivíduo de acordo com o caráter e o temperamento de cada um. Práticas escolares que incentivem uma dialogicidade entre seus pares – especialmente na relação professor/alunos – poderão promover uma *escuta* importante sobre as vivências e opiniões dos alunos, que podem ser confrontadas com as normas e regras escolares, na busca pela definição de comportamentos aceitos no contexto escolar. De uma maneira ou de outra, todo grupo de indivíduos, para constituir uma comunidade, terá de se ajustar a um padrão funcional de inter-relações. Quanto à maneira de chegar a isso, não existe uma regra prática.

No entanto, mesmo considerando os vários conflitos que permeiam a existência humana, como as contradições do sistema social gerador de desigualdades e as aspirações individuais, a escola tem em si o potencial e o dever de ser niveladora. Partindo desse princípio, a educação de que precisamos, atualmente, deve em primeiro lugar ocupar o espaço de fornecer aos seus alunos de maneira indistinta um ensino ao alcance de todos, se estiver comprometida com a cidadania plena e seus professores acreditarem firmemente que aprender é natural e inerente a todos os indivíduos, mesmo considerando a diversidade. É na escola que se deve defender o princípio de que todos são iguais, especialmente porque é nela que, desde muito cedo, a criança (e depois o jovem), poderá vivenciar as práticas sociais reais, que devem estar marcadas por princípios éticos e de cidadania.

Porém, apesar de ser direito de todos, nem sempre isso é concretizado na sociedade e o indivíduo privado da educação é conseqüentemente,



privado da cidadania e dos demais direitos básicos do cidadão. Ausente da cidadania, o indivíduo perde também sua humanidade e sua identidade pessoal que é sempre única porque é um sujeito coletivo. Surgem, assim, os grandes problemas sociais como a marginalidade, a violência, o uso das drogas, as doenças incontroláveis. Porém a educação é um dos mais importantes e possíveis recursos que a sociedade possui para se aprimorar e devolver ao indivíduo a cidadania, de modo que ele possa auferir dos bens materiais e culturais do meio onde vive. Se isso por si só não basta para a transformação social, é evidente que, sem a educação, esse objetivo jamais será atingido.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 se reporta à conquista da cidadania como um objetivo a ser alcançado por cada habitante do País. De acordo com as propostas da legislação e das aspirações políticas e sociais, a escola se coloca, ao lado de toda a sociedade, como um local privilegiado para qualificar profissionalmente os futuros trabalhadores e esculpir em cada educando os contornos mais que desejáveis da cidadania plena, ou seja, deve ter como objetivo primordial formar cidadãos trabalhadores para atuarem num País que deseja se firmar entre as grandes nações. Essa escola, por sua vez, necessita de professores possuidores de uma prática pedagógica efetiva e de saberes pedagógicos que possibilitem a transformação do espaço escolar pelo trabalho realizado em sala de aula. Isso produziria uma elevação na qualidade da educação que levaria à desejada transformação social. Por ser universal, a escola deve ser de fácil acesso a toda a população e, por ser democrática, deve fornecer a todos o mesmo conhecimento, instrumentando o futuro cidadão a interagir com o mundo do trabalho, condição mais do que necessária para sua adaptação social como indivíduo.

Para construir essa escola-cidadã com a sua responsabilidade de transformação social através daquilo que lhe é inerente, isto é, fornecer conhecimento de qualidade, é requisito básico a atuação de educadores dotados também dessa consciência de cidadania. Esses profissionais são o cerne dessa escola promotora do sucesso e o veículo pelo qual se oferece aos alunos a oportunidade de serem cidadãos e, futuramente, os trabalhadores que irão ajudar a desenvolver a Nação e melhorar a qualidade de vida da população. A partir desse ponto de vista, educadores são vistos como agentes da construção da cidadania no espaço escolar, o que implica em responsabilidade pedagógica e compromisso profissional. Tendo como norte a conquista da cidadania, a escola e a sala de aula são também espaços onde não há lugar

para a discriminação e o preconceito que imperam na sociedade e alijam dos indivíduos o direito de serem cidadãos e os colocam à margem do sistema, levando, inevitavelmente, à marginalidade social.

A Constituição garante que todos são iguais perante a lei – isso significa que não pode haver discriminação quanto à raça, à cor, ao sexo, à religião professada, à condição social de cada aluno. A escola é o local onde a cidadania se torna consciência, por isso, na prática pedagógica de cada membro do corpo docente, não deve haver lugar para que se promova a discriminação, mas sim a igualdade. Para isso, são necessárias a crítica social e a crítica individual, pois, como todos somos membros de uma sociedade desigual e injusta, somos também educados por essa sociedade que dissemina o preconceito e a desigualdade. Como, portanto, desenvolver uma prática pedagógica isenta de discriminação e que ofereça a todos, sem distinção, a oportunidade representada pelo acesso à educação escolar de qualidade que futuramente poderá ser o divisor de águas, para muitos membros da população, entre o crime e a marginalidade social? Esse é o maior desafio que se coloca atualmente aos educadores.

138 A escola de hoje não é mais aquela, apenas, preocupada com a transmissão de conhecimentos. Esses conhecimentos, representados pelos conteúdos das diversas disciplinas, devem vir acompanhados de valores éticos e morais que possibilitem o despertar da consciência nos educandos e desenvolver atributos de solidariedade e coletividade reivindicados para a vida social. Sabemos que, hoje, inúmeros episódios grassam na sociedade: os meios de comunicação, em nome da audiência, permitem que se levem ao ar todos os tipos de programa veiculadores de atitudes perniciosas e contraditórias com os objetivos da cidadania; existem as atitudes inadequadas de homens públicos, políticos corruptos, intelectuais descompromissados, professores omissos, empresários enriquecendo à custa de atitudes desonestas ou da exploração dos trabalhadores; a violência, as drogas, a avidez por lucro – episódios que podem ser confundidos como “modelos” às nossas crianças e jovens, pela força com que penetram nos lares, nos pensamentos – e a escola, nesse caso, pode prestar uma grande contribuição.

A impunidade nos faz desacreditar na lei e na justiça: inocentes são mortos, crianças pobres são vítimas de grupos de extermínio, mulheres são violentadas e assassinadas, a violência conjugal é uma das grandes causas de mortes e mutilação de mulheres e crianças dentro de seus próprios lares,



pessoas negras são discriminadas tendo como único motivo a cor da sua pele, indígenas são desapropriados de terras e massacrados pelos brancos, pessoas pobres constroem suas casas nas favelas e são expulsas sem ter onde morar. Temos, ainda, o desrespeito ao meio-ambiente, o ataque predador à natureza que compromete o futuro da Humanidade em nome da ânsia por riqueza. Isso para citar apenas alguns dos males que nos afligem no mundo de hoje, fortemente urbanizado, capitalista e, principalmente, consumista.

Esse é o mundo que temos atualmente e cada professor e professora deve estar pensando: *o que podemos fazer? Como fazer da escola um espaço onde esses problemas possam ser enfrentados, ainda que parcialmente e promover a re-apropriação daquilo que perdemos e hoje nos faz falta porque coloca em risco nosso grupo social e nosso mundo, nós mesmos e nossa família, nossos filhos, nossos alunos?*

É possível apontar algumas pistas, porém não fornecer simplesmente receitas, porque elas não existem. Cada aluno e cada grupo de aluno é diferente entre si, cada sala de aula é diferente a cada ano, em cada escola e até mesmo em cada disciplina, cada escola é diferente uma da outra, e cada professor e professora é uma pessoa. Enquadrar o ser humano em fichários e receitas é condenar ao fracasso qualquer tentativa de mudança. A cada ano letivo os professores recebem turmas diferentes com diferentes alunos e esses mesmos professores também estão mudados, pela própria trajetória pessoal de cada um. Comprovada essa mutabilidade, que é própria da condição de seres humanos, chegamos à conclusão de que se faz necessário refletir sobre a sociedade, o papel da escola, os alunos e a identidade profissional dos educadores como agentes de mudanças sociais.

A sociedade que temos, neste final de milênio, representativa deste mundo que se mostra globalizado, embora promova a exclusão econômica, social e cultural, está principalmente estruturada em cima da produção do conhecimento e da produção de bens materiais. A tecnologia avança a passos rápidos e a cada ano somos brindados com novos meios de comunicação cada vez mais rápidos e eficientes, aparelhos eletrodomésticos que facilitam o gerenciamento do lar e da família, meios de transporte mais sofisticados e acessíveis, entre outros.

Em contrapartida, o espaço que separa a riqueza da miséria, o conhecimento do desconhecimento nunca foi tão grande! Como acompanhar essas

mudanças que são vertiginosas? Sabemos que os países e os indivíduos que não acompanharem as profundas transformações pelas quais passa este planeta estão possivelmente condenados ao fracasso: por exemplo, que empresa de grande porte traria hoje para seus quadros um sujeito analfabeto, a não ser, talvez, para desempenhar as mais baixas funções? Que firma vai contratar um profissional especializado que não domine informática, redação e inglês e não possua curso superior? Isso afunila o mercado de trabalho para os mais capazes e as habilidades que antes eram exigidas apenas para cargos de chefia passaram também a ser exigidas para os trabalhadores em geral. São habilidades como: lidar com conceitos, informações, manusear dados, operar computadores, decidir em equipe, demonstrar iniciativa e raciocínio, saber relacionar-se, desenvolver hábitos de trabalho coletivo e solidariedade, aprender a elaborar propostas, propor mudanças, dentre outras.

O conceito de trabalho se alterou e, hoje, se acata o conceito de mundo do trabalho, no qual são exigidas novas habilidades e o indivíduo poderá exercer funções diferenciadas ao longo de sua vida, o que é diferente do conceito de mercado de trabalho, que se refere, apenas, ao desenvolvimento de uma função específica, como os antigos trabalhadores que passavam uma vida toda no mesmo emprego.

Sabemos que o sistema escolar de qualquer organização social fica limitado por sua cultura; se ela é elevada, o sistema escolar a acompanha e vice-versa. Daí a força e a importância de um sistema escolar de qualidade visando à formação de indivíduos críticos. Para viver nessa sociedade, o indivíduo precisa ter conhecimentos sistematizados, um tipo de saber, cuja apropriação começa na escola. Antes do ingresso na escola, as crianças possuem um conhecimento adquirido através da família e do grupo social, ainda incompleto e precisando ser aperfeiçoado. A escola representa a primeira experiência que tem a criança de uma sociedade organizada. As suas atitudes posteriores em relação à vida social e à cidadania com seus direitos e deveres dependem em grande parte das suas reações à situação escolar.

Essa escola conta com profissionais formados e licenciados para desenvolverem uma prática social através do ensino. De acordo com Silva, (1998), para esses profissionais, nessa escola que se julga competente e eficaz, promotora de oportunidades, atualmente é definido um novo perfil: *professor não é mais aquele que ensina, mas o que faz o outro aprender*. O professor, definido antigamente como aquele que ensina, podia justificar o





fracasso e a evasão ao afirmar: "eu ensino, mas os alunos não aprendem", ou "a família não ajuda", ou "eles não aprendem porque são pobres, ou negros, ou favelados, ou têm fome", ou ainda "os alunos não aprendem porque são indisciplinados, por culpa do governo". Isso institui a chamada "cultura da reclamação", na qual as culpas são jogadas de um lado para outros, de uns sobre os outros e não se chega a um acordo porque os alunos não aprendem.

Na realidade, a culpa não é nem de professores, nem de alunos, mas da escola como modelo de instituição que exclui, marginaliza, discrimina e expulsa os menos capazes contribuindo, assim, para alijá-los da cidadania e promover a exclusão social. Ao deixar de se apropriar da cultura da sociedade que é oferecida no espaço escolar, o aluno também perde a oportunidade de participar ativamente da vida social. Os números gritantes do analfabetismo no País e as dificuldades das pessoas com escassa escolaridade de conseguirem galgar na escala social são exemplos do valor da educação. Cabem a essas pessoas as mais baixas funções, os subempregos, as mais ínfimas remunerações e, por conseqüência, um nível de vida subumano, se promovendo e perpetuando assim a injustiça social e permitindo sua permanência num mundo onde se fala em igualdade e direitos para todos.

O espírito da nova escola que queremos reconstruir, uma escola procurada por aqueles que a vêem como única maneira de escapar ao seu destino de exclusão, um destino manifesto desde o nascimento, profetizado desde as primeiras palavras demonstra sua essência na figura dos educadores. É para essas crianças e esses jovens que a atenção da escola está voltada. Para eles, se dirigem os olhos dos verdadeiros educadores, aqueles capazes de construir mundos e derrubar os muros da desigualdade entre os quais esses alunos se acham aprisionados. Dessa crença, dependem nossos sonhos. E, quem sabe, poderemos fazer parte da construção desse novo mundo que se delineia neste fim de século? Participar, se envolver, mergulhar fundo nas dúvidas, questionar certezas é um processo doloroso, principalmente quando o caminho da omissão e do comodismo sempre foi o mais fácil. É nisso que reside nosso livre arbítrio, nossa possibilidade de escolher. A escola que queremos é aquela vista não mais como promotora de desigualdades, mas como alavanca para fornecer às classes populares condições mais justas para competir e sobreviver no mundo que se delineia, neste final de século, como educadores que exercem o ofício de professores. É pertinente a afirmativa de Paulo Freire (1982, p. 99): "Ai de nós, educadores, se deixamos de sonhar sonhos possíveis."

## A qualificação profissional

No Brasil, os finais dos anos 1980 apresentavam um quadro no qual os interesses conflitantes se faziam presentes no cenário nacional e se acentuavam as disputas ideológicas. O Estado brasileiro alinhava-se em compromissos com os países credores para ajustar a nação às exigências da nova ordem mundial. O neoliberalismo desenhava (e continua desenhando) um entorno sócio/político/econômico no qual as exigências do mercado do trabalho começam a demandar um novo tipo de trabalhador que esteja em condições de competir e produzir no país em desenvolvimento, assim como otimizar os recursos humanos para competir no cenário internacional regido pelas leis do mercado.

A visão liberal republicana da educação como forma de ascensão social, erigida no fim do século XIX, foi substituída pela idéia de que caberia ao indivíduo não mais, apenas, se aproveitar das oportunidades, mas deveriam ser acompanhadas de um excelente preparo profissional para que esse se situasse entre os mais capazes e, assim, pudesse aspirar, também, aos melhores lugares no mundo do trabalho.

142

As discussões sobre o texto da lei que definiu o cenário educacional no país, nesse contexto específico, se iniciaram no final da década de 1980, contando com a colaboração de associações de classe e diversos segmentos interessados na educação. As idéias iniciais – contidas no texto da nova LDB enviada ao Congresso em 1988 – foram se esvaziando através de diferentes substitutivos até sua versão de 1996. O texto final atrelado às exigências da economia mundial que se volta para as leis do mercado, regidas pelos ditames dos organismos internacionais, difere do projeto inicial, principalmente, pelo que foi dele excluído.

A Lei n.º 9.394/96, atualmente em vigência no Brasil, ao estruturar os níveis do ensino em Educação Básica, (englobando a Educação Infantil, a Educação Fundamental e o Ensino Médio); e em Educação Superior, revela uma intenção de, no primeiro nível de ensino, já estar direcionando a formação dos educandos visando sua inserção social e sua preparação para o mundo do trabalho, o que, por sua vez, levaria ao pleno exercício da cidadania, conforme recomenda a Constituição de 1988. Assim, a educação, apregoada como direito de todos e dever do Estado e da família, visa desenvolver no indivíduo em todos os níveis do Ensino Básico a noção primordial de



pessoa como cidadão plenamente inserido na sociedade onde vive e nesta atuando através do trabalho.

No século XXI, a educação escolar tem procurado se adequar ao texto da Lei de Diretrizes e Bases, introduzindo mudanças correlatas no Sistema Escolar Brasileiro. No nível pré-primário, as creches e pré-escolas passam a atender crianças de zero a seis anos, sob a responsabilidade dos municípios, visando não só a uma educação anterior ao ingresso na escolarização normal, mas também atender às necessidades das mães que trabalham, uma exigência social que vem sendo cada vez mais abrangente.

No ensino fundamental, a escola obrigatória, gratuita e laica é vista como dever do Estado e da família, com duração de oito anos. O Ensino Médio objetiva, em três ou quatro anos, preparar os jovens para o ingresso nas universidades e para o mundo do trabalho. O Ensino Superior permanece como centro irradiador de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da pós-graduação, os programas de mestrado e doutorado em educação visam privilegiar a formação e atuação profissional pela via da pesquisa. Compostos majoritariamente quanto ao alunado, por educadores em busca de ampliar sua formação e promover o avanço da pesquisa educacional pela produção de conhecimentos. Nestes destacam-se as universidades públicas e algumas privadas, altamente qualitativas. Fazendo parte desse círculo seletivo e comandado pela principal agência federal de financiamento do País, a Coordenadoria e Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que recomenda, avalia e credencia cursos e pode, inclusive, suspender seu funcionamento. Portanto, a pós-graduação se situa em nível especializado, de difícil acesso e conclusão, demandando considerável esforço por parte do corpo docente e discente em manter os elevados patamares exigidos pela CAPES e enfrenta o desafio cotidiano e permanente de produzir pesquisa em educação de qualidade, com prazos restritos e fechados.

Na área da qualificação profissional docente, a formação continuada ou capacitação em serviço tem se revelado uma alternativa para o aprimoramento dos professores. Como ação atrelada a acordos financeiros em sintonia com a política educacional pós Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 9.394/96, merece uma análise à parte. São inegáveis os benefícios do prosseguimento de estudos na formação dos professores, mas há que se levar em consideração as várias interfaces envolvidas com as questões políticas e educacionais. Tais questões, ainda, se encontram no cerne das discussões educacionais e ações

são viabilizadas nos vários estados da federação para adequar-se ao cumprimento da lei.

A Lei n.º 9.394/96 acrescenta à Constituição os princípios da valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Na sua proposta de flexibilização da organização escolar, recomenda aos estabelecimentos de ensino que elaborem e executem sua proposta pedagógica, administrem seus recursos humanos, materiais e financeiros, articulem-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola. Nessa nova escola autônoma que se visa alicerçar, os professores deverão, ainda dentro das regras da autonomia e flexibilidade postas na Lei, participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, elaborar e cumprir plano de trabalho, colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, entre outras incumbências.

Quanto à organização da educação básica, a Lei n.º 9.394/96 determina a sua estruturação em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, podendo introduzir alternância regular de períodos de estudos e formar grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Além disso, a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número de dias letivos. E, retomado, ainda, o princípio da descentralização, possibilitando aos municípios organizar seus sistemas de ensino. Esse princípio implica a possibilidade de a LDB poder ancorar a política educacional do Governo Federal, no sentido de delegar maiores competências aos estados e municípios. Ação essa fortemente articulada em torno de um projeto neoliberal que minimiza o papel do Estado quanto às questões sociais.

A qualificação e formação dos profissionais da educação têm provocado intensos debates. A idéia de formar todos os professores, no país, em nível superior – idéia, a princípio, recebida com agrado – está se colocando em confronto com as associações de classe tendo em vista a instituição dos Institutos Superiores de Educação e do Curso Normal Superior, além dos reflexos no Curso de Pedagogia que, no texto da Lei, perde sua vocação de formar



professores e se concentra, apenas, nos especialistas e no prosseguimento de estudos em nível de pós-graduação. Atualmente, esse princípio foi revisto, especialmente a partir da Resolução n.º 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia/Licenciatura, e o curso segue mantendo sua especificidade de formar professores de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental principalmente.

A Lei n.º 9.394/96, ao estruturar os níveis do ensino em Educação Básica, (englobando a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio); e em Educação Superior, revela uma intenção de, no primeiro nível de ensino, estar direcionando a formação dos educandos visando a sua inserção social e sua preparação para o mundo do trabalho, o que, por sua vez, levaria ao pleno exercício da cidadania, conforme recomenda a Constituição de 1988. Assim, a educação, apregoada como direito de todos e dever do estado e da família, visa desenvolver no indivíduo em todos os níveis do Ensino Básico a noção básica de pessoa, ou seja, um cidadão plenamente inserido na sociedade onde vive, e nela atuando através do trabalho. A Lei n.º 9.394/96 acrescenta à Constituição os princípios da valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. As diretrizes curriculares para o Ensino Médio adotam uma concepção ampliada de conhecimento/aprendizagem atrelada à noção de tecnologia em consonância com os recentes debates sobre desenvolvimento científico e tecnológico e sobre a estruturação do processo produtivo e competitividade econômica no contexto da globalização.

## Os professores e os novos desafios

No Estado de São Paulo, foi instituído, em 1997, o Regime de Progressão Continuada (RPC) através da Deliberação CEE 9/97, baseada na Indicação CEE 8/97. O RPC se edifica sobre princípios teóricos que consideram que a avaliação é o fato psicopedagógico pelo qual se verifica continuamente o progresso da aprendizagem e decide, se necessário, quanto aos meios alternativos de recuperação ou reforço. Considera-se a reprovação um flagrante desrespeito à pessoa, à cidadania e a um direito fundamental da sociedade democrática e que a tristemente alcunhada *pedagogia da repe-*

tência não pode ser compatível com a democratização e universalização do Ensino Fundamental.

Tornou-se, pois, premente a necessidade de erradicar essa distorção da educação escolar brasileira, substituindo-a por uma concepção de avaliação de progresso e desenvolvimento da aprendizagem, numa experiência que deveria, em tese, trazer benefícios pedagógicos e econômicos. Pedagógicos porque propõe a oportunidade de ações pontuais de intervenções para o aluno recuperar os estudos; econômicos, porque diminui o número de contratação de professores para as inúmeras classes de reprovados. A Indicação CEE 8/97 introduz o conceito de avaliação (não punitiva) ao final de cada ciclo, evitando a exclusão escolar. O conceito de reprovação deve ser substituído pelo conceito de aprendizagem progressiva e contínua, considerando que a conclusão do Ensino Fundamental deve ser uma regra para todos os jovens de 14 e 15 anos, o que significa proporcionar oito anos de escolaridade à população paulista na idade própria, articulada com a contínua melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação externa terá caráter permanente devendo se constituir em um instrumento constante para a melhoria do ensino no RPC no Ensino Fundamental. A avaliação interna, realizada em sala de aula, deve receber cuidados específicos por parte de professores, diretores, coordenadores e supervisores de ensino, já que é o eixo que sustenta a eficácia da progressão continuada nas escolas. Isso implica rejeitar a idéia de *promoção automática* que sugere menor investimento no ensino. A adoção do RPC implica uma alteração radical na concepção de ensino, aprendizagem e avaliação em razão do que hoje é cientificamente comprovado: toda criança é capaz de aprender se lhe forem oferecidas condições de tempo e de recursos para que exercite suas competências. Eliminando-se a retenção escolar e reduzindo-se a evasão, esse procedimento representaria uma sensível otimização de recursos para atendimento da população e em lugar de se procurar os culpados da não aprendizagem nos próprios alunos, em suas famílias ou nos professores, define-se uma via de solução institucional – a escola. Nessa visão de uma escola promotora do sucesso e não mais do fracasso, a proposta pedagógica deve ser resultado de um trabalho coletivo, indo do diagnóstico das dificuldades escolares até o apontamento de ações para solucionar os problemas e garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos.



○ que no momento podemos assegurar é que, após alguns anos de sua implantação, essa prática ainda não conseguiu demonstrar os benefícios que dela se esperavam e os professores se sentem despreparados para o enfrentamento dos problemas desencadeados nas escolas com a adoção do regime.

## **A formação de professores perante esses desafios**

A discussão acerca da formação de professores que irão se encarregar da educação básica das futuras gerações ainda é um terreno pouco firme nas políticas educacionais que o Brasil vem implementando, tampouco, mostra indícios de que se chegou a um consenso, o que vem acontecendo, principalmente, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os debates estão se concentrando na indicação de formação em nível superior de todos os docentes do território nacional, num momento em que existem ainda professores leigos, com formação incompleta e baixo nível de escolaridade. As políticas públicas têm se aliado aos ditames dos organismos internacionais e tentado instituir práticas formativas ineficientes, camufladas em procedimentos ineficazes porque não levam em consideração um requisito básico, ou seja, a formação é um processo de lento amadurecimento e atrelar práticas educativas a práticas políticas nunca foi a saída mais eficiente em qualquer sistema.

Se a formação profissional como um todo ainda se debate entre a necessidade de professores qualificados e a urgência de colocar em sala de aula as inovações educacionais recentes, o que não dizer acerca da construção da prática docente que, conforme já observado, é um fenômeno lento e gradual? E o destino das pesquisas realizadas em nível de pós-graduação? Como o Sistema Escolar pode se beneficiar do conhecimento produzido nos programas de mestrado e doutorado, levando-se em conta, entre outros fatores, que a publicação dos resultados das pesquisas pelas editoras especializadas e nos periódicos de circulação nacional e internacional se debate num entrópico universo de dificuldades? Essas questões ainda não estão plenamente respondidas!

A formação e a qualificação de professores necessitam possuir um enfoque político-social em que se reconheça o direito da população à escola,

questão básica que vem sendo desvirtuada quando ainda há quem afirme que *escola é para quem tem vontade de aprender*, deslocando-se assim o objeto da ação pedagógica intencional para os que *têm vontade*, como se apenas isso bastasse para se apreender as razões do sucesso ou do fracasso escolar. Portanto, os professores devem, antes de tudo, ser profissionais comprometidos com a educação, o que pode, à primeira vista, parecer uma redundância visto que é na educação que esses profissionais atuam prioritariamente. Antes de exímios conhecedores de métodos e técnicas, professores são pessoas que exercem uma atividade intelectual e esta é também uma atividade política, pois, no terreno das idéias, são gestadas as reflexões sobre a prática e é na prática que emergem as indagações sobre as necessidades de mudanças. A profissionalização docente implica a incorporação de vários atributos como conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor. Esse senso de profissionalização precisa estar em constante re-elaboração em função do momento histórico e da realidade social que a escola pretende incorporar e legitimar.

No entanto, o retrato atual do país mostra problemas difíceis de serem superados: 41% dos alunos não terminam a educação fundamental; 39% dos que estão nessa fase têm idade superior à adequada e os que conseguem chegar ao ensino médio fazem a escola de oito anos em 10,2 anos em média. Além disso, os alunos ficam apenas 4,3 horas por dia em sala de aula e os professores possuem um salário médio de R\$ 530 mensais e metade deles possui apenas nível médio de escolaridade. (Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: Geografia da Educação Brasileira em 2001).

Esses são os dados estatísticos mais recentemente publicados no país. O relatório ainda mostra uma queda do índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos, em relação a 1980, passando de 25,4% para 13,6%, o que ainda representa que 16 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. No Ensino Médio, de cada 100 alunos que ingressam, nessa fase, 26 não conseguem terminar e 53,3% não possuem idade adequada à série cursada. O Ensino Superior ainda é um sonho distante para milhões de brasileiros, apesar de algumas iniciativas pouco suficientes. O que dizer ainda da pós-graduação? Não precisamos de dados estatísticos para afirmar como são poucos os que conseguem ingressar nos cursos de mestrado e doutorado.





Nesse contexto, os programas de pós-graduação em educação podem e devem assumir a dimensão formativa pela pesquisa, num compromisso com as condições sociais e políticas. Também é necessário que se visualize em seus horizontes a socialização do conhecimento produzido e em como colocar, de forma abrangente, ao alcance da escola e da comunidade os seus resultados. Com isso, talvez possamos aspirar por ações possíveis que aliem ao conhecimento e à reflexão, a prática efetiva. Mesmo não incorporando a falácia liberal da missão de transformar a sociedade por meio da educação, sem atentar para a natureza objetiva da desigualdade, não resta dúvida de que, sem essa dimensão, nenhuma ação efetiva será concretizada.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atualmente em vigor, também se inaugura a Década da Educação. No texto da Lei, um dos objetivos traçados é que, ao final da década que se iniciou em 1997, logo após a promulgação da LDB, todos os professores encarregados da educação básica no País tivessem diploma em nível superior (art. 62). A formação profissional será efetivada nos Institutos Superiores de Educação através do Curso Normal Superior. Os Cursos de Pedagogia formarão os profissionais para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional (art. 64). É dada especial ênfase à experiência profissional e à capacitação em serviço. Tais questões ainda se encontram no cerne das discussões educacionais e ações são realizadas nos vários estados da federação para adequar-se ao cumprimento da lei.

Com a atual LDB se pretende inaugurar um espaço educacional que objetiva instituir a qualidade do ensino como uma das metas mais relevantes no aprimoramento da educação escolar brasileira. Para essa qualidade de ensino, que visa ao sucesso escolar, a inclusão e a cidadania, a qualificação de professores é a principal meta a ser atingida. É nesses profissionais que residem a responsabilidade e o potencial de mudanças que a sociedade brasileira do século XXI necessita com maior ênfase, se pensarmos nas exigências para a inserção no mundo do trabalho na atual sociedade globalizada.

No magistério, como profissão feminina dos tempos atuais, torna-se crucial a importância da atuação das mulheres na educação escolar. No século XXI, em meio aos conflitos e à desigualdade, são elas as principais encarregadas da educação das crianças e jovens, e as escultoras de uma educação que, finalmente, se volta, embora ainda não na sua totalidade, para os direitos de cidadania da população. Enfim, são essas as encarregadas de

fazer da educação um instrumento para a paz, de recriar a esperança, e portando-se como construtoras de uma utopia possível, sonhada desde os tempos republicanos: *a educação como direito de todos*, princípio universal, que pode ser adotado por todos os povos do mundo, como norteador da construção da igualdade social.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

BRASIL. **Geografia da educação brasileira em 2001**. Brasília: MEC/INEP, 2001. (Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. **Indicação CEE nº. 22/97** – CEM. Aprovado em 17-12-97. Processo CEE n. 119/97. Disponível em: [www.ceesp.sp.gov.br/indicacoes/in\\_22\\_97.htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/indicacoes/in_22_97.htm) Consulta em: 03 jun. 2008.

SILVA, Rose Neubauer da. A identidade profissional do educador e as políticas da SEE-SP. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 4, 1998. Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro (São Paulo), 1998. 1. CD-ROM.

Profa. Dra. Jane Soares de Almeida  
Universidade Metodista de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Pesquisadora do CNPq  
Linha de Pesquisa Formação de Educadores  
E-mail | [janesoaresdealmeida@uol.com.br](mailto:janesoaresdealmeida@uol.com.br)  
E-mail | [jane.almeida@pesquisadorcnpq.br](mailto:jane.almeida@pesquisadorcnpq.br)



Profa. Dra. Norinês Panicacci Bahia  
Universidade Metodista de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Linha de Pesquisa Formação de Educadores  
E-mail | poseduc@metodista.br

Recebido 05 jun. 2008

Aceito 03 jul. 2008